

---

JOSÉ REIS

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra  
e Centro de Estudos Sociais

## Da visibilização dos problemas à visibilização das soluções

---

101

**C**REIO que pode dizer-se que o principal desafio que se coloca hoje a uma visão crítica das ciências sociais é ligar a questão da reforma do Estado à das práticas sociais e vice-versa. De facto, o desafio mais complexo é procurar incorporar no sistema político, nas políticas públicas e nas formas de actuação do Estado as práticas e os problemas dos actores sociais cuja existência e consciência nos são reveladas pelos processos sociais contemporâneos.

A teoria crítica tem acompanhado sempre o propósito cívico de visibilizar os problemas, evidenciar as injustiças, dar voz aos silêncios e iluminar os conflitos. É essa a sua matriz fundadora. Por isso, distingue-se radicalmente das ciências sociais que justificam a ordem estabelecida, eliminam a existência de assimetrias, racionalizam os comportamentos e minimizam o leque de opções.

A cumplicidade com as práticas dos actores sociais é, contudo, raramente acompanhada e articulada com o desempenho de um papel na reforma do Estado, na criação de soluções e na formulação de trajectórias de gestão social alternativas. Isto é, o binómio crítica/reforma manifesta, evidentemente, dificuldades de concretização.

A questão de base consiste, porventura, no facto de o significado atribuído aos actores e aos movimentos sociais não ser acompanhado por uma idêntica convicção de que «a sociedade pode agir sobre ela própria, através das suas ideias, dos seus conflitos, das suas esperanças». Esta possibilidade é uma hipótese essencialmente reformista e, portanto, ela ajusta-se mal a uma visão tributária da noção de que as dinâmicas são geradas pelo conflito, mais do que pela cooperação.

No entanto, a teoria crítica tem estado suficientemente atenta aos processos que, nas décadas mais recentes, têm originado novas solidariedades e também novas desigualdades. Sobre os processos difusos, de pequena escala, a atenção tem sido muito grande, assim como o entusiasmo e mesmo o optimismo com que são encarados. Claro que, mesmo no Portugal de Abril, estes dinamismos sociais locais não têm sido suficientes para configurarem novos actores sociais ou novos movimentos sociais e, portanto, torna-se necessário que nos interroguemos sobre o que valem, como processos sociais, esses movimentos difusos. São simples comportamentos locais? São, pela crueza com que revelam os processos primários (as solidariedades primárias mas também as mais incontornáveis desigualdades), a prova empírica da leitura feita a partir da teoria crítica? Ou são, ao mesmo tempo, problema e solução?

A acção estatal já está suficientemente atacada pelo lado liberal. De tal forma que, num momento em que o ataque conservador vê os seus efeitos de ofuscação ampliados pela conclusão, dimanada da retórica sobre a globalização, de que «o Estado pouco vale», uma das mais interessantes sugestões é a que nos aconselha a afirmar que «o Estado conta».

De facto, o Estado de que dispomos, nas suas rotinas e nos seus mecanismos, pode fornecer instrumentos e mecanismos mobilizáveis e relativamente eficazes quando uma actuação estatal assente na cidadania e numa visão emancipatória procura afrontar as chamadas velhas desigualdades. Pedro Adão da Fonseca mostrou aqui isso mesmo quando deu conta do exercício da velha solidariedade redistributiva exercida pelo Estado, ao lançar o rendimento mínimo garantido e ao desligar a percepção de uma transferência estatal de um desempenho laboral directo.

Esse papel introduzido na acção estatal é, por assim dizer, um aperfeiçoamento alcançado através do privilégio

atribuído ao princípio da cidadania, em detrimento do racionalismo tecnocrático e da proverbial desconfiança em que se alicerça a «retórica da reacção», para usar a expressão de Albert Hirschman quando relegitimou o pensamento sócio-económico comprometido com a cidadania atacado pelas visões conservadoras, que vêem em cada política social algo que vai gerar perversões, futilidades ou riscos. A centralidade das novas desigualdades é tal, num país como Portugal, que quase se pode dizer que a primeira prioridade do Estado é combatê-las através dos instrumentos de que dispõe, e sem esperar por qualquer reforma (como se uma eficaz actuação neste sentido não fosse já uma reforma...).

Mas, como também lembrou Manuela Silva, as novas desigualdades são hoje um ponto de partida para uma profunda reforma do Estado. As novas desigualdades são transversais e multidimensionais e, por isso, importa atribuir uma nova centralidade às questões do trabalho, sobretudo quando a cultura da civilização industrial subsiste como dominante, obrigando a que se rediscutam as noções de tempo, de indivíduo e de racionalidade, ao mesmo tempo que se deve contrapor a de negligência à de eficiência. Uma ética da responsabilidade, da partilha, da sobriedade e da auto-contenção obriga-nos a revalorizar aquela que é a mais profunda matriz da actuação estatal, a que pode fazer do Estado um gestor cauteloso, um encenador de longo prazo.

Estas propostas de Manuela Silva são essenciais para quem se interesse por reconstruir um pensamento crítico que supere a paralisia desinteressante que consiste em contrapor ao «pensamento único» um simples «contra-pensamento único». É isto hipotecar as raízes do pensamento crítico? A crítica não é compatível com a proposta? Não creio. A não ser, claro está, que se pense que a acção, a invenção e o compromisso com os comportamentos colectivos mais inovadores não são também parte essencial da marca fundadora do pensamento crítico.

Claro está que nós não dispomos ainda de uma teoria do Estado que satisfaça uma interpretação adequada das principais linhas de força que estabelecem as dinâmicas e os problemas das sociedades de hoje. Por exemplo, as reflexões contemporâneas parece que apenas se ocupam das alterações do papel do Estado em consequência dos efeitos debilitantes que os processos supra-nacionais produziram sobre a esfera pública. E o papel dos Estados na configuração dos próprios regimes internacionais (das novas ordens emergen-

tes)? E o novo tipo de bens públicos a que é necessário dar satisfação dentro de cada sociedade (a organização da cidade, a sociedade da informação, o desenvolvimento local). E a desmultiplicação do Estado perante uma sociedade civil que se organiza, associa e quer, ela própria, acolher o desempenho de papéis públicos?

É claro que, para além disto, o Estado, nas suas novas configurações, mantém uma elevada opacidade perante os cidadãos e, porventura, também perante quem o estuda. Por isso mesmo, é muito mais essencial dispormos de visões e convicções proactivas, que privilegiem a acção e estimem devidamente o longo prazo. Porque, como diz Philippe Delmas, o Estado é o «maître des horloges», o senhor do tempo... Entre-se nesse tempo e descubra-se o encoberto. ■